

CONCURSO PÚBLICO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS

CADERNO DE PROVAS

CARGO	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CADERNO 1	ESPECIALIDADE/ÁREA DO CONHECIMENTO: <ul style="list-style-type: none">• TÉCNICO JUDICIÁRIO
PROVAS:	<ul style="list-style-type: none">• LÍNGUA PORTUGUESA• NOÇÕES DE INFORMÁTICA• CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 50 (cinquenta) questões objetivas, sendo 20 de Língua Portuguesa, 5 de Noções de Informática e 25 de Conhecimentos Específicos. Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, **4** (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
4. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
5. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com sua folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
6. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após 1 (uma) hora contada a partir do efetivo início das mesmas.
7. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
8. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, dois dias depois da realização da prova.
9. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.



Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – Cad. 1

A primeira explicitação das normas ortográficas da língua portuguesa, que está próximo de completar 500 anos, apenas sofreu alterações a partir do início do século passado. É admirável haver numerosas gramáticas dos séculos XVI a XIX que atestam a evolução estrutural da língua, enquanto se continua a usar o mesmo conjunto de regras ortográficas por quase 400 anos. [4]

Com efeito, data de 1536 a célebre *Grammatica da linguagem portuguesa*, título em cujos cinquenta capítulos Fernão de Oliveira descreve, entre vários outros aspectos da língua de sua época, a articulação dos sons e as formas gráficas que se prestariam a sua representação. É interessante observar que, antes da publicação dessa obra exordial, a língua portuguesa era escrita segundo ortografias de orientação especialmente latinizante, a exemplo do que também se praticava em quase todos os demais vernáculos que já se haviam diferenciado no mundo neolatino. A exceção ao conjunto é o espanhol, que, em 1517, recebeu o primeiro conjunto de regras ortográficas, também baseadas em diretrizes sonoras e etimológicas. [11]

Por outro lado, o trabalho de Oliveira não fez, naturalmente, que se eliminasse de imediato toda oscilação ortográfica dos textos portugueses. As edições d'*Os Lusíadas* publicadas em 1572, por exemplo, coligem diversas formas variantes, e somente o tempo levaria à decisão em favor de uma delas mediante a consideração de argumentos etimológicos, fonéticos e até mesmo pragmáticos. Em qualquer época, contudo, a ortografia corresponde a uma tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema essencialmente dinâmico e complexo: a língua exercida por uma comunidade, caracterizada por seus dialetos e pelos traços sociais de seus falantes. [18]

Somente no início do século XX ocorreu um esforço conjunto entre as Academias de Letras do Brasil e de Portugal, no sentido de se uniformizarem as grafias oficiais nos dois países. Como fruto desse trabalho, vêm a lume, em 1911, os termos da primeira proposta de acordo ortográfico da língua portuguesa; entretanto, sua aplicação foi dificultada por múltiplos fatores, desde o nível acadêmico até o político. Houve tentativas de se retomarem as linhas mestras desse documento em 1915 e em 1931, mas somente em 1943 se avança, no Brasil, em caráter efetivo. A convenção ratificada pela Academia Brasileira de Letras não apenas transforma dígrafos em sinais simples, como também implementa a acentuação distintiva para homófonos homógrafos e o uso de trema – aspectos estes que foram revistos, como se sabe, no último Acordo Ortográfico. [27]

Apesar de envolverem comissões representantes dos mesmos países lusófonos, as decisões posteriores nem sempre foram acatadas bilateralmente. Assim é que, por exemplo, as diretrizes que compõem o Acordo de 1945 não foram aceitas no Brasil, e foi necessária a promulgação de lei específica, em 1971, para reduzir as dissonâncias ortográficas verificadas entre as grafias oficiais vigentes nos dois lados do Atlântico. [32]

Em sua essência, o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 2009, pouco apresenta de efetivamente novo em relação ao disposto no encontro multinacional de países falantes da língua portuguesa ocorrido em 1990. O documento é alvo de críticas particularmente severas – e absolutamente pertinentes – feitas por acadêmicos, as quais se sustentam no argumento de que há um equívoco reducionista e inadmissível no âmago do Acordo. Essa questão compromete o princípio em que se apoia a própria concepção de toda a proposta, e tem motivado discussões e análises que apontam a necessidade de revisão de seus termos. Em bom português: uma língua não é apenas o que se escreve em atendimento a convenções artificiais, mas fundamentalmente um quadro complexo e pluricêntrico que abarca todas as comunidades de fala. [41]

QUESTÃO 01

A correferência entre termos **NÃO** está corretamente identificada em

- (A) 'uma delas [linha 14] = 'As edições d'*Os Lusíadas* publicadas em 1572' [linha 13].
- (B) 'esse documento' [linha 23] = 'primeira proposta de acordo ortográfico da língua portuguesa' [linha 21].
- (C) 'aspectos estes' [linha 26] = 'a acentuação distintiva para homófonos homógrafos e o uso de trema' [linhas 25 e 26].
- (D) 'o documento' [linha 35] = '*Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*' [linha 33].

QUESTÃO 02

Nas alternativas abaixo, a pontuação entre cada par de palavras destacadas foi alterada. Assinale aquela em que a proposta de reescrita implica uma **incorreção gramatical**, independente de mudança de significado de qualquer termo.

- (A) '[...] a acentuação distintiva para homófonos homógrafos e o uso de trema – aspectos estes, que foram revistos, como se sabe, no último Acordo Ortográfico.' [linhas 25-27]
- (B) '[...] pouco apresenta de efetivamente novo em relação ao disposto no encontro multinacional de países falantes da língua portuguesa, ocorrido em 1990.' [linhas 33-35]
- (C) '[...] entre vários outros aspectos da língua de sua época, a articulação dos sons e as formas gráficas, que se prestariam a sua representação.' [linhas 6-7]
- (D) '[...] a exemplo do que também se praticava em quase todos os demais vernáculos, que já se haviam diferenciado no mundo neolatino.' [linhas 9-10]

QUESTÃO 03

É uma assertiva **VERDADEIRA** segundo o texto:

- (A) A preocupação efetiva com a fixação de normas para a escrita da língua portuguesa é bastante recente, remontando apenas ao último século de sua história.
- (B) A ortografia padrão da língua portuguesa deve necessariamente ser reducionista, uma vez que os demais idiomas a ela semelhantes também mostram essa tendência.
- (C) Ainda que sejam imperfeitas para representar a língua falada, as convenções ortográficas são necessárias em qualquer época, como ilustram os primórdios da língua portuguesa.
- (D) O registro escrito corresponde a uma forma inadequada para a representação da língua, pois muitos dialetos não são apropriadamente caracterizados pelo sistema ortográfico.

QUESTÃO 04

A partir do conteúdo do texto e tomando como verdadeiras as informações nele contidas, identifique a alternativa que compreende uma inferência **CORRETA**:

- (A) O texto é incoerente, pois, ao mesmo tempo em que reúne críticas de diversas ordens ao Acordo Ortográfico, respeita integralmente todas as suas determinações.
- (B) É improdutivo questionarmos a validade de acordos ortográficos pelo simples fato de que eles são concebidos pelos membros de Academias nacionais de Letras.
- (C) Em decorrência de se revestirem de força normativa ímpar, as convenções ortográficas devem ser cuidadosamente planejadas e constantemente avaliadas.
- (D) A multiplicidade de interesses que cercam a discussão ortográfica não permite que a comunidade de falantes colha resultados positivos da adoção de novas normas de escrita.

QUESTÃO 05

As alternativas seguintes destacam trechos do texto que foram reescritos apenas deslocando-se termos ou expressões. Assinale aquela na qual essa alteração sintática também implica uma mudança de significado.

- (A) '[...] das normas ortográficas da língua portuguesa, que está próximo de completar 500 anos, apenas sofreu alterações a partir do início do século passado.' [linhas 1-2]
[...] das normas ortográficas da língua portuguesa, que está próximo de completar 500 anos, sofreu apenas alterações a partir do início do século passado.
- (B) 'Em qualquer época, contudo, a ortografia corresponde a uma tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema essencialmente dinâmico e complexo [...]' [linhas 15-17]
Contudo, a ortografia corresponde, em qualquer época, a uma tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema essencialmente dinâmico e complexo [...].
- (C) 'Houve tentativas de se retomarem as linhas mestras desse documento em 1915 e em 1931, mas somente em 1943 se avança, no Brasil, em caráter efetivo.' [linhas 22-24]
Houve tentativas, em 1915 e em 1931, de se retomarem as linhas mestras desse documento, mas somente em 1943 se avança, no Brasil, em caráter efetivo.
- (D) 'Em sua essência, o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 2009, pouco apresenta de efetivamente novo em relação ao disposto [...]' [linhas 33-34]
O *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 2009, pouco apresenta, em sua essência, de efetivamente novo em relação ao disposto [...].

QUESTÃO 06

Apresentam-se, abaixo, segmentos do texto acompanhados de afirmativas ligadas ao tema principal nele tratado.

I. "Em qualquer época, contudo, a ortografia corresponde a uma tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema essencialmente dinâmico e complexo: a língua exercida por uma comunidade, caracterizada por seus dialetos e pelos traços sociais de seus falantes." [linhas 15-18]

i. A partir do momento em que passa a ter ortografia oficial, uma língua passa a contar com um conjunto de regras que não apenas permitem seu registro para além da oralidade, como também lhe conferem estabilidade e prestígio.

II. "É interessante observar que, antes da publicação dessa obra exordial, a língua portuguesa era escrita segundo ortografias de orientação especialmente latinizante, a exemplo do que também se praticava em quase todos os demais vernáculos que já se haviam diferenciado no mundo neolatino." [linhas 7-10]

ii. A profusão de obras de cunho gramatical dedicadas ao português nos últimos séculos indica a busca incessante de descrição da estrutura e do funcionamento da língua, bem como a necessidade de fixação de normas gramaticais mais cultas.

III. "Em sua essência, o *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, de 2009, pouco apresenta de efetivamente novo em relação ao disposto no encontro multinacional de países falantes da língua portuguesa ocorrido em 1990." [linhas 33-35]

iii. Os portugueses têm defendido, através de movimentos populares e de debates acadêmicos bastante inflamados, uma posição conservadora e abertamente contrária à adoção dos termos do Acordo de 2009, por eles considerado ineficaz para sanar os problemas ortográficos existentes.

Nos pares (I, i), (II, ii) e (III, iii), as afirmativas (i, ii, iii), **se corretas**,

- (A) extrapolam o disposto no texto, mas enfraquecem os argumentos principais dos trechos que acompanham, respectivamente.
- (B) extrapolam o disposto no texto e não dialogam diretamente com os argumentos principais dos trechos que acompanham, respectivamente.
- (C) extrapolam o disposto no texto, mas fortalecem os argumentos principais dos trechos que acompanham, respectivamente.
- (D) estão contidas no texto, mas apenas duas delas dialogam diretamente com os argumentos principais dos trechos que acompanham, respectivamente.

QUESTÃO 07

Leia as assertivas apresentadas abaixo.

- I. Toda gramática é revolucionária, pois tem como objetivo representar, da melhor maneira, a complexidade da fala da sociedade segundo as regras da modalidade escrita.
- II. Fenômenos como a comunicação através de meios eletrônicos frequentemente subvertem as regras ortográficas consuetudinárias.
- III. Os gramáticos portugueses usam uma orientação gramatical diferente daquela encontrada no Brasil, haja vista o fato de que a língua nacional é o brasileiro.

É **CORRETO** afirmar que

- (A) apenas uma das assertivas representa uma inferência que pode ser diretamente feita a partir do texto.
- (B) apenas duas das assertivas representam inferências que podem ser diretamente feitas a partir do texto.
- (C) as três assertivas representam inferências que podem ser diretamente feitas a partir do texto.
- (D) nenhuma das assertivas representa uma inferência que pode ser diretamente feita a partir do texto.

QUESTÃO 08

A função sintática de cada par de expressões destacadas em negrito está **INCORRETAMENTE** identificada pelo respectivo termo sublinhado em

- (A) **que** está próximo de completar 500 anos [linhas 1 e 2] = **que**, em 1517, recebeu o primeiro conjunto de regras ortográficas [linhas 10 e 11] - sujeito
- (B) mas fundamentalmente **um quadro complexo e pluricêntrico** [linha 40] = **admirável** [linha 2] - predicativo do sujeito
- (C) **a língua exercida por uma comunidade** [linha 17] = críticas particularmente severas – **e absolutamente pertinentes** – feitas por acadêmicos [linhas 35-36] - aposto
- (D) **que... a língua portuguesa era escrita segundo ortografias de orientação especialmente latinizante** [linhas 7-9] = **a necessidade de revisão de seus termos** [linhas 38-39] - objeto direto

QUESTÃO 09

É uma inferência **CORRETA** e que pode ser feita diretamente a partir do disposto no texto:

- (A) A impossibilidade de impedir a mudança linguística implica necessariamente o caráter artificial das convenções ortográficas.
- (B) Em virtude de se terem processado modificações pouco numerosas na ortografia portuguesa, é potencialmente fácil a leitura de textos medievais impressos.
- (C) Nos períodos imediatamente posteriores à adoção de novas normas ortográficas, as flutuações observadas na escrita são devidas à baixa escolaridade do indivíduo.
- (D) As questões de variação e de mudança linguística são muito mais sérias nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa do que no Brasil ou em Portugal.

QUESTÃO 10

A alternativa em que a alteração do termo em negrito **NÃO** implica inadequação gramatical nem mudança de significado é:

- (A) '... da língua portuguesa, que está **próximo** de completar 500 anos...' [linhas 1-2] / '... da língua portuguesa, que está **próxima** de completar 500 anos...'
- (B) '... **entre** vários outros aspectos da língua de sua época...' [linha 6] / '... **dentre** vários outros aspectos da língua de sua época...'
- (C) '... **toda oscilação** ortográfica dos textos portugueses.' [linhas 12 e 13] / '... **toda a oscilação** ortográfica dos textos portugueses.'
- (D) '... e foi **necessária a promulgação** de lei específica, em 1971...' [linhas 30-31] / '... e foi **necessário promulgar** lei específica, em 1971...'

QUESTÃO 11

Leia as assertivas abaixo, que fazem referência a marcas estilísticas presentes no texto.

- I. Há, no texto, o deslocamento do valor de tempos verbais de presente, de maneira que passem a fazer referência a eventos ocorridos no passado.
- II. Cultismos lexicais contrastam com as estruturas oracionais predominantemente simples do texto, o que é coerente com o caráter multifacetado da língua portuguesa.
- III. No texto, os sujeitos pospostos ao verbo exibem natureza apenas nominal, i.e., não há orações subordinadas que cumprem essa função sintática.

A alternativa que avalia **corretamente** as afirmações acima dispostas é:

- (A) Apenas uma das assertivas está correta.
- (B) Apenas duas das assertivas estão corretas.
- (C) As três assertivas estão corretas.
- (D) As três assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 12

A alternativa em que a reescrita **NÃO** implica mudança drástica na delimitação do significado do termo acompanhado pelo artigo é

- (A) 'Em qualquer época, contudo, a ortografia corresponde a **uma** tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema...' [linhas 15-16]
'Em qualquer época, contudo, a ortografia corresponde à tentativa imperfeita de registro escrito de um sistema...'
- (B) '... ratificada pela Academia Brasileira de Letras não apenas transforma dígrafos em sinais simples...' [linhas 24-25]
'... ratificada pela Academia Brasileira de Letras não apenas transforma **os** dígrafos em sinais simples...'
- (C) 'A primeira explicitação **das** normas ortográficas da língua portuguesa, que está próximo de completar 500 anos...' [linhas 1-2]
'A primeira explicitação de normas ortográficas da língua portuguesa, que está próximo de completar 500 anos...'
- (D) '... para reduzir **as** dissonâncias ortográficas verificadas entre as grafias oficiais vigentes nos dois lados do Atlântico.' [linhas 31-32]
'... para reduzir dissonâncias ortográficas verificadas entre as grafias oficiais vigentes nos dois lados do Atlântico.'

QUESTÃO 13

A identificação da relação interoracional é **INCORRETA** em:

- (A) A oração 'antes da publicação dessa obra exordial' [linhas 7-8] confere uma especificação temporal à oração que lhe é principal, 'a língua portuguesa era escrita segundo ortografias de orientação especialmente latinizante...' [linhas 8-9].
- (B) A oração 'mas somente em 1943 se avança, no Brasil, em caráter efetivo.' [linha 23] acrescenta uma informação de natureza adversativa à oração que lhe é principal, 'Houve tentativas de se retomarem as linhas mestras desse documento em 1915 e em 1931' [linhas 23-24].
- (C) A oração 'Apesar de envolverem comissões representantes dos mesmos países lusófonos' [linha 28] tem um caráter concessivo diante da oração principal 'as decisões posteriores nem sempre foram acatadas bilateralmente.' [linhas 28-29].
- (D) A oração 'e tem motivado discussões e análises que apontam a necessidade de revisão de seus termos.' [linhas 38-39] acrescenta uma nova proposição à oração principal 'Essa questão compromete o princípio em que se apoia a própria concepção de toda a proposta' [linhas 37-38].

QUESTÃO 14

A identificação do sujeito oracional está **INCORRETA** em:

- (A) O núcleo do sujeito da oração 'vêm a lume' [linha 21] é 'termos', que lhe é imediatamente posposto e que determina claramente a flexão do verbo 'vir'.
- (B) O núcleo do sujeito da oração 'como também implementa a acentuação distintiva para homófonos homógrafos e o uso de trema' [linhas 25-26] é 'convenção', contido no mesmo período.
- (C) O sujeito da oração subordinada 'Apesar de envolverem comissões representantes dos mesmos países lusófonos' [linha 28] está explícito na oração principal do mesmo período.
- (D) O sujeito da oração 'e tem motivado discussões e análises' [linha 38] é 'a própria concepção de toda a proposta' [linha 38], que a antecede no mesmo período.

QUESTÃO 15

A relação entre termos está **INCORRETAMENTE** avaliada em:

- (A) A presença do complemento 'diversas formas variantes' [linha 14] é mandatória, em atendimento à regência do verbo 'coligir' nessa passagem [linha 14].
- (B) O termo 'regras ortográficas' [linha 11] acompanha o núcleo 'conjunto' [linha 11], e a justaposição desses dois elementos nominais é mediada pela preposição 'de'.
- (C) A presença do termo 'a promulgação de lei específica' [linha 30] é obrigatória diante da regência do adjetivo 'necessária' [linha 30].
- (D) O termo oracional 'de que há um equívoco reducionista e inadmissível no âmago do Acordo' [linhas 36-37] complementa o significado do termo 'argumento' [linha 36].

QUESTÃO 16

Leia as afirmações abaixo.

- I. A própria falta de consenso na escolha de uma determinada forma escrita para representar a complexidade da língua indica a necessidade de envidar esforços no sentido de buscar alternativas que sejam isentas de partidarismos de qualquer espécie.
- II. A adoção unilateral de convenções ortográficas depõe contra a validade dos termos de um acordo internacional e atesta a cisão de um domínio linguístico em frações cada vez mais distintas uma da outra, como acontece entre Portugal e o Brasil.
- III. Alguns críticos das reformas ortográficas usam argumentos acadêmicos para contrapor-se a um fato irrecorrível: todas as línguas se alteram inexoravelmente diante da passagem do tempo, e essas mudanças podem ser acompanhadas pelo registro escrito na história das sociedades.

Representa uma conclusão correta diante do texto:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) Nenhuma das afirmações.

QUESTÃO 17

Leia os argumentos abaixo, que estão associados ao texto.

- I. O hebraico deixou de ser escrito por séculos, durante a Idade Média, e só foi possível recuperar essa língua a partir da leitura dos textos medievais. Em outras palavras, a língua falada foi completamente reconstruída pelos documentos escritos.
- II. Há várias línguas ágrafas na história da Humanidade e mesmo nos dias atuais, como o são diversas línguas indígenas brasileiras, africanas e mexicanas. A escrita, portanto, é apenas uma possibilidade cultural, à qual não estão necessariamente obrigadas as sociedades humanas.
- III. Algumas comunidades não aventam sequer a possibilidade de alteração de sua ortografia. Tal é o caso do francês, cujas regras de escrita datam da época da Revolução Francesa: ainda que a língua se tenha alterado, a forma escrita é uma homenagem a esse momento histórico.

Se as informações estiverem corretas, enfraqueceria o núcleo argumentativo do texto, apenas o disposto em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

QUESTÃO 18

Leia as afirmações abaixo.

- I. Não há ortografias perfeitas, daí a necessidade de revisão periódica dos termos que compõem um modelo ortográfico, a fim de que a escrita possa representar, tão bem quanto possível, o padrão eleito pela comunidade de fala.
- II. A crítica responsável e racional deve considerar os aspectos positivos do Acordo Ortográfico de 2009, como a elevação do *status* da língua e as diversas vantagens de um modelo único e estável para a alfabetização e para o ensino do português.
- III. Admitindo-se a escrita como um método essencialmente voltado para a tentativa de representação da fala, nota-se que as convenções ortográficas privilegiam formas específicas de expressão que fazem parte da língua da comunidade.

A partir da leitura do texto, as afirmativas que representam inferências **CORRETAS** são:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 19

Segundo o texto, um dos pontos previstos no último Acordo Ortográfico é

- (A) a modernização de grafias latinizantes, como em tesouro e orthographia, que passam, respectivamente, a tesouro e ortografia.
- (B) a acentuação distintiva para homófonos homógrafos, atingindo, por exemplo, cedo (flexão de *ceder*) / cedo (advérbio) e verão (flexão de *ver*) / verão (substantivo).
- (C) a revisão do uso de trema, implicando a perda de distinção gráfica na representação de sílabas como quente / cinquenta e ninguém / aguentar.
- (D) a redução de dígrafos a sinais idiossincráticos, incidindo especialmente sobre casos como falaram (pretérito) / falarão (futuro) e sessão / seção / cessão.

QUESTÃO 20

A alternativa que corresponde à ideia de acordo ortográfico transmitida pelo texto é:

- (A) Um instrumento jurídico que deve ser referendado pelas Academias de Letras dos países que são seus signatários.
- (B) Um documento que corresponde a um determinado estágio de conhecimento sobre a sociedade e sobre o padrão linguístico que a representa.
- (C) Um dispositivo normativo cuja aplicação, ainda que restrita, deve ser planejada por representantes legítimos de todas as comunidades de fala envolvidas.
- (D) Um conjunto de determinações que refletem os anseios da comunidade de fala em termos da relação entre oralidade e escrita.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA – Cad. 1

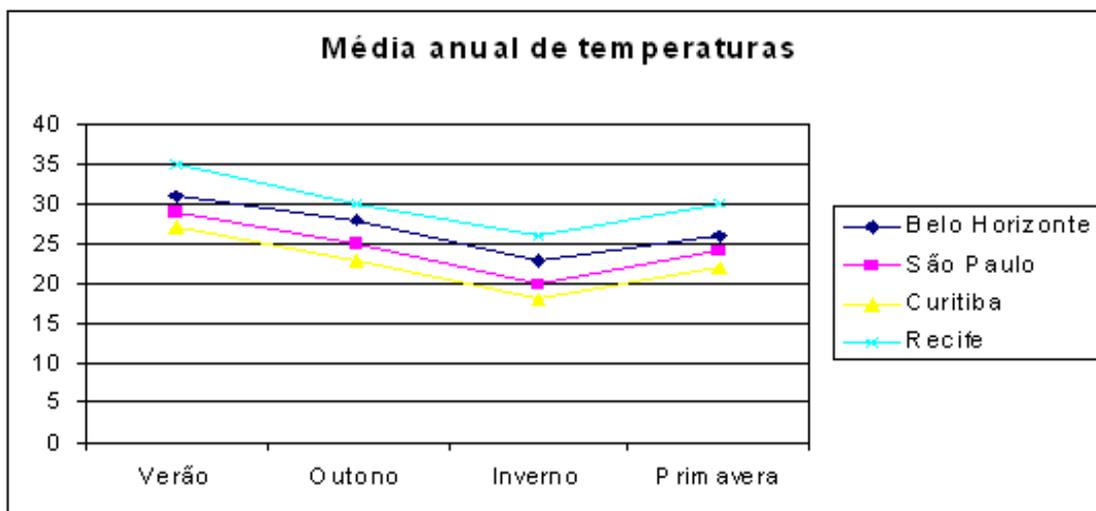
QUESTÃO 21

Considerando a configuração padrão do Microsoft Word, versão português do Office XP, a opção “Bordas e sombreamento...” é um item disponível no menu

- (A) Ferramentas.
- (B) Formatar.
- (C) Inserir.
- (D) Tabela.

QUESTÃO 22

Analise as seguintes afirmativas sobre o gráfico do Microsoft Excel, versão português do Office XP:



- I – O gráfico é do tipo “Linha”.
- II – As cidades podem ser séries em linhas do gráfico.
- III – As temperaturas estão sendo exibidas no eixo das categorias X.

Estão **CORRETAS** as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 23

Analise as seguintes afirmativas sobre os ícones do menu de contexto acionado a partir de uma coluna selecionada em uma tabela com mais de uma linha no Microsoft Word, versão português do Office XP:

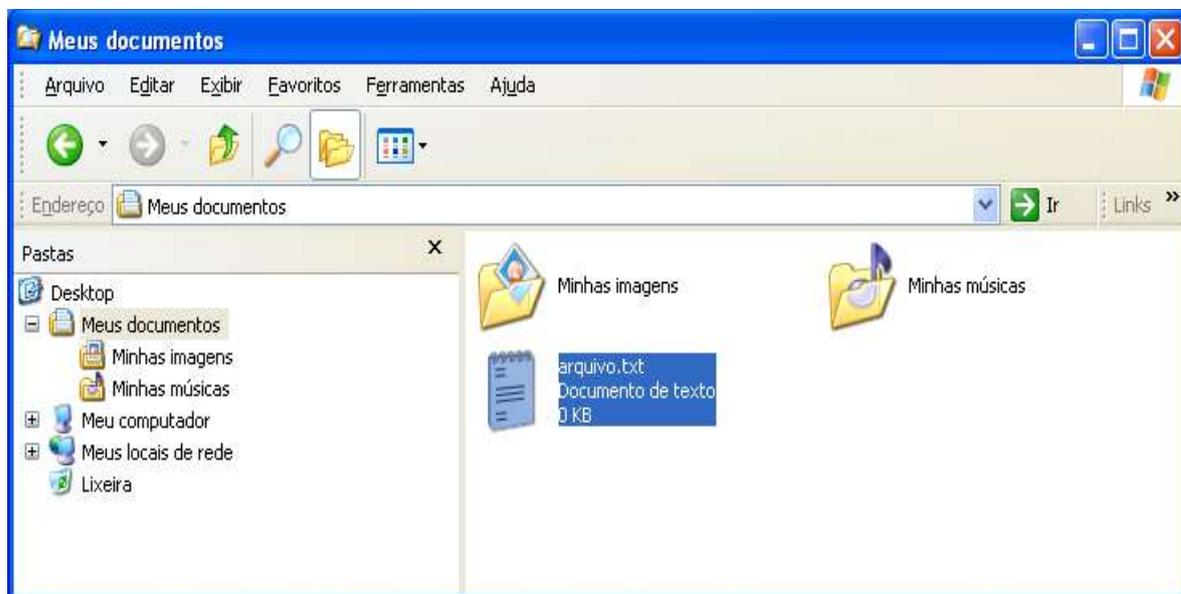
- I – O ícone  significa “Limpar conteúdo das células”.
- II – O ícone  significa “Distribuir linhas uniformemente”.
- III – O ícone  significa “Inserir colunas”.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
 (B) I e III, apenas.
 (C) II e III, apenas.
 (D) I, II e III.

QUESTÃO 24

Considere a janela abaixo do Windows Explorer do Microsoft Windows XP, versão português, com o arquivo “arquivo.txt” selecionado.



São opções disponíveis no menu de contexto padrão acionado pelo botão direito do mouse sobre o arquivo selecionado, **EXCETO**:

- (A) Compactar.
 (B) Criar atalho.
 (C) Excluir.
 (D) Propriedades.

QUESTÃO 25

Em relação às teclas de atalho disponíveis no Internet Explorer 7, versão português, correlacione as colunas a seguir:

Tecla de Atalho	Opção
I. Ctrl+T	() Atualizar
II. Ctrl+N	() Nova Guia
III. F5	() Nova Janela
IV. F11	() Tela Inteira

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é

- (A) IV, I, II, III.
- (B) III, II, I, IV.
- (C) III, I, IV, II.
- (D) III, I, II, IV.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – Cad. 1**QUESTÃO 26**

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através de diversos órgãos.

Sobre a Segurança Pública, pode-se afirmar **acertadamente**:

- (A) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e, originariamente, atividades de defesa civil.
- (B) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- (C) As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, ao Ministério da Justiça e à Presidência da República.
- (D) Os Municípios poderão constituir guardas municipais armadas, destinadas à proteção direta da incolumidade das pessoas, seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

QUESTÃO 27

A Constituição Federal brasileira, no seu rol de direitos individuais, garante o direito de propriedade que deverá atender a sua função social. Além de previsão de mecanismos que a protejam, enumera algumas situações de intervenção do Estado na Propriedade privada.

No que diz respeito ao Direito de Propriedade, constitucionalmente tutelado, é possível afirmar **corretamente**:

- (A) A Constituição Federal prevê hipótese de expropriação sem qualquer indenização ao proprietário de glebas.
- (B) Aos autores pertence o privilégio temporário para utilização de sua obra, transmissível aos herdeiros, pelo tempo que lei complementar fixar.
- (C) A desapropriação poderá ocorrer por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, tendo como requisitos constitucionais indenizatórios inafastáveis a justiça, a anterioridade e o pagamento em dinheiro.
- (D) A lei assegurará aos autores de inventos industriais o direito exclusivo de sua utilização, publicação ou reprodução, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas, imagem, moral e voz humanas e a outros signos distintivos, tendo em vista a função social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

QUESTÃO 28

A Constituição do Estado de Minas Gerais, em regra, por força do “Princípio da simetria constitucional”, possui algumas situações semelhantes às da Constituição Federal. Essa equiparação não ocorre, entretanto, em qualquer hipótese, havendo situações em que os entes federados não coincidem em seus dispositivos.

A Constituição Federal e a do Estado de Minas Gerais abordam de maneira distinta a seguinte matéria:

- (A) Processo legislativo, pois, em âmbito federal, não há mais a previsão da elaboração de leis delegadas, substituídas por Medidas Provisórias.
- (B) Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade do Chefe do Executivo respectivo, pois o Governador do Estado, em Minas Gerais será submetido a processo e julgamento perante o Tribunal de Justiça estadual, se admitida a acusação por três quintos da Assembleia Legislativa.
- (C) Reuniões do seu poder legislativo, já que a sessão legislativa ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais não será encerrada sem que seja aprovado o projeto da Lei Orçamentária Anual.
- (D) Garantias de Imparcialidade da Magistratura, pois, no Estado de Minas Gerais, os desembargadores podem exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram por aposentadoria, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo.

QUESTÃO 29

Sobre licitações, é **CORRETO** afirmar:

- (A) São modalidades de licitação, entre outras, as de menor preço e de melhor técnica.
- (B) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (C) As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação.
- (D) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: produzidos ou prestados por empresas brasileiras, produzidos no País e, por fim, produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

QUESTÃO 30

Sobre o controle da Administração Pública, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- (B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (C) As comissões parlamentares de inquérito não podem decretar a quebra do sigilo bancário, cabendo-lhes recorrer ao Poder Judiciário para este fim.
- (D) A aprovação da escolha do Procurador-Geral da República pelo Senado Federal, por voto secreto, após arquição pública, é um exemplo de controle prévio.

QUESTÃO 31

É **CORRETO** afirmar que

- (A) a fixação dos padrões de vencimento dos servidores públicos independe da observação dos requisitos para a investidura.
- (B) a pequena propriedade rural é suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, mesmo que seu proprietário não tenha outra.
- (C) é possível a cumulação de dois cargos de professor, em qualquer situação, desde que se observem as regras pertinentes à fixação do subsídio.
- (D) a autoridade competente, no caso de iminente perigo público, poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

QUESTÃO 32

Benjamin da Silva Xavier, soldado brasileiro das Forças Armadas do Brasil, embarcou para uma operação militar na região de fronteira Amazônica. Decorridos dois anos do término dos confrontos na área, esgotadas todas as possibilidades de busca, Benjamin não foi encontrado.

Nesse caso, de acordo com a vigente lei civil, poderá ser

- (A) declarada a ausência de Benjamin, com simultânea nomeação de curador.
- (B) declarada a morte presumida de Benjamin, sem prévia decretação de ausência.
- (C) decretada a ausência de Benjamin para, posteriormente, ser declarada a presunção de sua morte.
- (D) decretada a ausência de Benjamin e, passados dez anos sem que dele se tenha notícias, ser declarada sua morte presumida.

QUESTÃO 33

O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternativamente viva, considerar-se-á domicílio seu

- (A) qualquer delas.
- (B) aquela que for mais frequentada.
- (C) a que primeiro tiver sido estabelecida.
- (D) aquela que coincide com seu local de trabalho.

QUESTÃO 34

Antonio, brasileiro, viúvo, pai de Pedro (19 anos), Ana (18 anos) e Joaquim (13 anos), tenciona transferir onerosamente o domínio de um de seus imóveis para o filho mais velho. Para atender à determinação legal de obtenção de anuência dos demais descendentes, a representação legal de Joaquim para o ato

- (A) será suprida por decisão judicial.
- (B) far-se-á por intermédio do Ministério Público.
- (C) far-se-á por intermédio de tutor nomeado por juiz.
- (D) far-se-á por intermédio de curador especial nomeado por juiz.

QUESTÃO 35

Em relação à capacidade processual, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) O réu revel citado por oficial de justiça terá curador especial.
- (B) Os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil.
- (C) O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- (D) A autorização do marido e a outorga da mulher podem suprir-se judicialmente, quando um cônjuge a recuse ao outro sem justo motivo, ou lhe seja impossível dá-la.

QUESTÃO 36

São títulos executivos extrajudiciais, **EXCETO**

- (A) os de seguro de vida.
- (B) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público.
- (C) o documento particular assinado apenas pelo credor e pelo devedor.
- (D) os créditos de serventário de justiça, quando forem aprovados por decisão judicial.

QUESTÃO 37

Sobre os recursos e suas disposições gerais, de acordo com o Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar que

- (A) a renúncia ao direito de recorrer independe de aceitação da outra parte.
- (B) o prazo para interposição dos embargos infringentes ou de divergência é de 10 dias.
- (C) o recurso adesivo será conhecido mesmo se houver desistência do recurso principal.
- (D) a parte, no recurso, só pode impugnar a sentença como um todo, não podendo impugná-la parcialmente.

QUESTÃO 38

Em relação à classificação jurídica do crime de peculato-apropriação (art. 312, caput, CP), é **CORRETO** afirmar que se trata de crime

- (A) comum.
- (B) formal.
- (C) funcional próprio.
- (D) material.

QUESTÃO 39

Concernente ao crime de concussão (art. 316, caput, CP), é correto o que se afirma, **EXCETO** em:

- (A) O crime de concussão não admite a modalidade culposa.
- (B) O crime de concussão se consuma no momento em que o funcionário público recebe a vantagem indevida por ele exigida.
- (C) O particular que cede à exigência financeira praticada pelo funcionário público e entrega-lhe a vantagem indevida não é responsabilizado pelo direito penal brasileiro.
- (D) No caso de concurso de pessoas, o particular responderá pelo crime de concussão, desde que tenha conhecimento da condição de funcionário público do autor.

QUESTÃO 40

Em relação aos crimes contra a administração pública, é correto o que se afirma, **EXCETO** em:

- (A) A facilitação de contrabando e descaminho é crime funcional próprio.
- (B) O crime de abandono de função possui previsão legal na forma dolosa e culposa.
- (C) O crime de prevaricação pode ser praticado pelo funcionário público por meio de ação ou omissão, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (D) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

QUESTÃO 41

Em relação à prisão preventiva, é **CORRETO** afirmar:

- (A) O juiz não poderá decretá-la de ofício.
- (B) O juiz não poderá decretá-la na fase inquisitorial.
- (C) A conveniência da instrução criminal é um dos fundamentos possíveis para sua decretação.
- (D) Os pressupostos necessários para sua decretação são a prova da existência do crime e da autoria.

QUESTÃO 42

Em relação ao inquérito policial, é correto o que se afirma, **EXCETO** em:

- (A) O membro do Ministério Público poderá requisitar a instauração do inquérito policial.
- (B) Depois de instaurado o inquérito policial, o delegado de polícia poderá arquivá-lo de ofício somente na hipótese de concluir pela inexistência de crime.
- (C) No crime de ação penal pública condicionada a representação, o inquérito policial só poderá ser instaurado após a expressa manifestação de vontade da vítima ou de seu representante legal.
- (D) O inquérito policial é prescindível ao oferecimento da denúncia e da queixa-crime.

QUESTÃO 43

Em relação às espécies de flagrante delito, a opção **NÃO** admitida pela legislação processual penal, pela doutrina e pela jurisprudência predominante dos tribunais pátrios é a de flagrante

- (A) impróprio.
- (B) esperado.
- (C) presumido.
- (D) preparado.

QUESTÃO 44

Considerando que o Código Penal Militar estabelece condições para que se caracterize o crime militar, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Militar estadual do RJ que agredir militar estadual de MG, em solo mineiro, não pratica crime militar, pois, por serem militares de estados diversos, afasta-se a condição de militares.
- (B) Militar estadual, estando de folga e à paisana, jamais pratica crime militar.
- (C) Se o militar estadual, na condição de atividade e de serviço, vier a praticar crime contra civil, o crime, em qualquer hipótese, será militar.
- (D) Sendo o agente integrante do Corpo de Bombeiros Militar, pertencente ao quadro de praças da reserva, e a vítima também do Corpo de Bombeiros Militar, pertencente ao quadro de oficiais da reserva, ainda que o local seja sujeito à administração militar, o crime será comum.

QUESTÃO 45

Em relação aos crimes tentados no Direito Penal Militar, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Em se tratando do denominado crime falho, o agente não precisa necessariamente ingressar nos atos executórios.
- (B) O Código Penal Militar não adota a teoria objetiva para os crimes tentados, sendo esta exclusiva do Código Penal Comum.
- (C) Excepcionalmente, por adotar também a teoria subjetiva, pode o Conselho Especial de Justiça aplicar a pena máxima cominada ao crime, devido à gravidade da conduta.
- (D) Nos crimes propriamente militares, sempre se admite a tentativa, eis que, somente o militar, na condição de autor, é que pode praticá-lo, além de coibir condutas especiais, voltadas para aquele que enverga uma farda.

QUESTÃO 46

No estado de necessidade, a legislação castrense estabelece:

- (A) O Código Penal Militar adotou a teoria diferenciadora, aproximando-se do Código Penal Comum de 1969, que sequer entrou em vigor.
- (B) Por se tratar de exclusão de crime, o Código Penal Militar adotou a mesma teoria que o Código Penal Comum quanto ao estado de necessidade, especialmente quando se tratar de crime propriamente militar.
- (C) Nos crimes propriamente militares, não se admite o estado de necessidade como exclusão da culpabilidade, exatamente por serem condutas específicas do militar.
- (D) No estado de necessidade agressivo, o agente dirige sua conduta diretamente contra a fonte de perigo ao seu bem jurídico.

QUESTÃO 47

Marque a resposta certa:

- (A) Sempre o excesso culposo será punido, desde que haja expressa previsão legal.
- (B) O garantidor está sempre obrigado a evitar o resultado, conquanto tenha o dever de agir.
- (C) O erro de tipo constitui na falsa representação da realidade por parte do agente ou no erro quanto aos elementos normativos do tipo em sede do Direito Penal Militar.
- (D) Na legítima defesa, sendo necessário o Comandante manter a disciplina e o controle da tropa, estará legitimado o uso da força e de meios violentos contra seus subordinados.

QUESTÃO 48

Ante a notícia crime, o art. 12 do CPPM enumera as providências preliminares a serem tomadas no local de crime, não obstante, deve-se efetuar a prisão em flagrante delito do agente ou mesmo elaborar IPM, conforme o caso. Nesse contexto, de acordo com as prescrições legais contidas no Código de Processo Penal Militar, são passos a serem trilhados pela autoridade:

- (A) A praça pode lavrar APF, desde que não haja oficial presente na Unidade, uma vez que tal medida é permitida desde que a praça esteja na função de oficial.
- (B) Existe uma ordem obrigatória na inquirição da vítima e das testemunhas em sede de IPM, que, se não for observada, implicará em nulidade.
- (C) Na hipótese da prisão de militar, em que o subordinado desacata seu superior hierárquico, a lavratura do APF, mesmo no caso de crime militar próprio, pode ser feita por parte da autoridade civil, delegado de polícia, caso o local onde o fato tenha ocorrido não seja sujeito à administração militar.
- (D) Não admissível relatório parcial das investigações em sede de IPM por parte do encarregado, devendo encaminhar o caderno investigatório completo e conclusivo para a Justiça Militar, sendo defeso qualquer pendência.

QUESTÃO 49

A legislação processual penal militar estabelece um regramento específico para a autoridade judiciária militar, no caso, o juiz.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) O juiz de Direito do Juízo Militar não pode determinar a abertura de IPM, sendo esta atribuição exclusiva de outras autoridades elencadas no Código de Processo Penal Militar, tais como o Comandante ou o Ministério Público, devendo a autoridade judicial encaminhar a notícia crime ao Ministério Público.
- (B) Toda vez que o Código de Processo Penal Militar se referir a JUIZ, restringe-se apenas ao juiz togado, sendo expressa a menção quando se tratar de autoridade judiciária militar colegiada.
- (C) Poderá a praça compor o Conselho Permanente de Justiça, apenas em substituição ao oficial, e ainda, provisoriamente para alguns atos, respeitando-se sempre a hierarquia em relação ao réu.
- (D) As regras de suspeição não se aplicam aos membros do Conselho Permanente de Justiça, somente ao juiz togado, uma vez que todo oficial tem interesse na disciplina militar, mesmo porque não pertence ao Poder Judiciário e sim ao Poder Executivo.

QUESTÃO 50

As decisões judiciais estão sempre sujeitas a uma revisão pelo órgão judicial superior, podendo ser manejadas por *habeas corpus* ou recurso.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) Em havendo descumprimento de decisão do Tribunal de Justiça Militar, a defesa deverá interpor *habeas corpus* ou apelação, conforme o caso.
- (B) O juiz de Direito do Juízo Militar não possui competência para conhecer e julgar *habeas corpus*, ante a prática de ato ilegal ou com abuso de poder praticado por comandante.
- (C) Poderá ser interposto o recurso de revista junto ao Tribunal de Justiça Militar, desde que a parte pretenda a regularidade do processo ou a uniformização da jurisprudência.
- (D) Para o Código de Processo Penal Militar, tratando-se de crime propriamente militar, admite-se recurso de apelação por parte do assistente do Ministério Público; eis que, nesse caso, pretende-se velar pelos princípios da hierarquia e disciplina, pilares das Instituições Militares.

CONCURSO PÚBLICO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS EDITAL 01/2013

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	





Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG
(31) 3249-7400 - www.fumarc.org.br / fumarcoconcursos@pucminas.br

Impressão: FUMARC GRÁFICA - (31) 3249-7400